

Os atuais desafios da psicanálise no Brasil

Ana Claudia Patitucci
Paulo Jeronimo Pessoa de Carvalho

Ana Claudia Patitucci é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professora do curso Conflito e Sintoma, delegada no Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras.

Paulo Jeronimo Pessoa de Carvalho é psicólogo e psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professor do Curso de Psicanálise desse Departamento, delegado no Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras.

Resumo Através da história do Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras, que luta contra a regulamentação da psicanálise brasileira há 25 anos, este texto traça os desafios atuais do Movimento e as consequências para a formação do analista a serem enfrentadas, em especial a atual oferta de graduações de psicanálise que estão em curso no país.

Palavras-chave psicanálise brasileira; formação; Movimento Articulação; graduação em psicanálise.

DOI: 10.70048/percurso.75.105-112

O Departamento de Psicanálise é membro fundador do Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras. Em grande parte, devido à atenção dada à circunstância que despontava, no final dos anos 1990, por Ana Maria Sigal, membro de nosso Departamento desde sua fundação, e professora do Curso de Psicanálise do Departamento desde seu início. Tal circunstância já vinha em andamento havia alguns anos, e poderíamos sintetizá-la na ameaça de assédio ao campo psicanalítico por forças ilegítimas. Desde que o Movimento Articulação se organizou, outros membros se reuniram a Ana Maria na tarefa de sustentação do trabalho do Departamento no Movimento, sempre trabalhando juntos e com sua coordenação. Nos últimos anos, estamos, Ana Claudia Patitucci e Jeronimo Carvalho, na função de delegados no Movimento Articulação, e Ana Maria Sigal segue conosco, dando apoio para nossa tarefa, quando necessário.

Vivemos um momento importante na história da psicanálise brasileira, no qual podemos reconhecer, nos parece, um ponto de inflexão. Por isso, agradecemos ao Conselho Editorial da *Percurso* o convite para escrevermos esse texto-depoimento, através do qual será possível apresentar ao leitor e ao conjunto de nossa instituição a atual conjuntura. Dentre os aspectos que compõem o atual cenário, gostaríamos de ressaltar os cursos de graduação em psicanálise, oferecidos por Institutos de Ensino Superior, empresas privadas ligadas a grandes redes nacionais e internacionais de ensino universitário, com a oferta de milhares de vagas anuais, a imensa maioria na modalidade de Ensino a Distância. Trata-se de uma situação inédita no país – e no mundo –, que tem mobilizado o trabalho do Movimento Articulação.

Dado que o currículo de algumas graduações é veiculado por uma ideia distorcida ou inexistente do tripé análise, supervisão e teoria, e mesmo estando sempre no pano de fundo de nossas discussões, o tema da formação volta a ganhar destaque, convocados que somos a refletir sobre a especificidade de nossa formação e na formação do analista em território brasileiro.

A relevância de pensarmos na especificidade de nosso campo tem a ver com as consequências que o avanço das graduações possivelmente trará, recaindo sobre o modo como a psicanálise é transmitida e praticada há mais de um século, atingindo dois aspectos que são interligados e indissociáveis desde o início da psicanálise: a formação e a regulamentação de nossa prática. As questões que envolvem esse quadro são clínicas, teóricas e políticas. Elas nos interrogam sobre o nosso campo, sobre a psicanálise que praticamos no Brasil e sobre o contexto histórico-social no qual estamos inseridos.

Vamos recuperar, então, um pouco da história e do objetivo do Movimento Articulação, essa articulação interessante entre diferentes instituições psicanalíticas, que dá a ver a potência da psicanálise brasileira, pois não encontramos outro movimento semelhante na história da psicanálise mundial.

O Movimento Articulação foi criado no ano 2000, quando o campo psicanalítico se organizou para enfrentar uma tentativa de regulamentação por parte de um grupo evangélico. Em meados daquele ano, psicanalistas de algumas instituições, dentre elas o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes, e representantes do Conselho Federal de Psicologia e de Medicina se reuniram, no Rio de Janeiro, para discutir sobre uma formação que era divulgada e oferecida pela Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil (SPOB). O curso tinha duas mil vagas, seria realizado em 20 meses, ministrado por pastores evangélicos e com promessa de profissionalização ao seu final. Além disso, estava sendo criado o Conselho de Psicanálise Clínica, o conselho de classe dos psicanalistas.



*vamos recuperar,
então, um pouco
da história e do objetivo
do Movimento Articulação,
essa articulação interessante
entre diferentes instituições
psicanalíticas*

Na sequência, chegou a notícia de que tramitava no Congresso Nacional um Projeto de Lei para regulamentar a formação e a profissão de psicanalista, apresentado por um deputado do Rio de Janeiro, o pastor evangélico Eber Silva, por solicitação da própria SPOB. No PL estava previsto, dentre outros despropósitos, que a prática da psicanálise deveria estar subordinada ao Conselho Federal de Medicina e ao Ministério da Educação. Em consonância com a reunião no Rio de Janeiro, representantes de instituições de psicanálise de Brasília organizaram uma comissão para atuar no Congresso, junto aos deputados, para barrar o trâmite da Lei Eber Silva.

Desse conjunto de ações, surgiu o Movimento Articulação, cujo marco público se deu pelo lançamento do seu primeiro “Manifesto” contra a lei em questão, no início de 2001, no qual se afirmou:

Esta tríade (análise, supervisão, teoria) configura a formação como um ofício, e o psicanalista aprende e ganha qualificação em oficinas – os institutos de formação – onde, artesanalmente, no contato com outros analistas, desenvolve sua análise pessoal, realiza seus seminários



*o Articulação é hoje
composto por instituições ligadas
à IPA, por instituições freudianas
independentes e pelo amplo
arquipélago lacaniano,
as quais somam 32 entidades,
baseadas em vários
Estados do país*

para o aprendizado teórico e técnico e tem o seu trabalho supervisionado.

A formação de cada psicanalista é um processo permanente [...]. Esta qualificação, portanto, não se ajusta aos modelos que podem sofrer algum tipo de certificação por instituições de ensino ou órgãos reguladores públicos; se existe um indicador, ele será, certamente, o de qual é a instituição que forma, quem são seus componentes, que padrões são seguidos.¹

Encontramos aqui os fatores que Rafael Alves Lima reconheceu como os organizadores do campo da psicanálise², numa espécie de regulação interna, os quais foram formulados por Freud e pela primeira geração de psicanalistas. Ou seja, a qualificação da formação de um analista se dá por meio de sua filiação, seguida e construída pelas identificações que lhe concernem, seja em uma

instituição ou grupo independente, mas que são reconhecidas por seus pares.

Assim, o Articulação dava início à luta contra a regulamentação da psicanálise, em conformidade com o que Freud escreveu sobre a formação do analista em “A questão da análise leiga”³. Esta posição foi sempre reiterada ao longo de sua atuação, pois a Lei Eber Silva não foi a primeira tentativa de regulamentação no Congresso Nacional, e tampouco a última. Em 2021, por exemplo, tramitava o PL 101/2018, proposto pelo senador Telmário Mota, do PTB de Roraima, que visava regulamentar a “profissão de psicanalista” por meio da formação acadêmica, com diploma reconhecido pelo MEC e cuja fiscalização do exercício profissional ficaria a cargo do Ministério do Trabalho.

O Articulação é hoje composto por instituições ligadas à IPA, por instituições freudianas independentes e pelo amplo arquipélago lacaniano, as quais somam 32 entidades, baseadas em vários Estados do país. Como algumas delas são entes federativos, como a FEBRAPSI e o Círculo Brasileiro de Psicanálise, este número chega a mais de 100 instituições que estão representadas no Movimento. O critério de participação é que a instituição seja de formação em psicanálise, sem fins lucrativos, e apresentada – reconhecida, portanto – por pelo menos duas instituições participantes, além de uma carta de intenção. As diferenças entre as instituições, no modo como pensam e praticam a psicanálise, compõem a diversidade clínica e teórica que o Articulação defende e que é própria da psicanálise brasileira.

O método de trabalho se dá através de reuniões, onde são discutidas as questões que estão em pauta e são encaminhadas as ações do Movimento, as quais são deliberadas pelo conjunto de participantes, com direito a um voto por instituição. As ações são organizadas através de Comissões, como, por exemplo, a Comissão de Brasília ou a Comissão do MEC, criada para tratar das graduações. As discussões nem sempre são fáceis, e, em um permanente exercício coletivo e

1 S. Alberti; W. Almendoeira; E. Lannes; A. Lopes; E. Rocha (orgs.), “Manifesto de Entidades Brasileiras de Psicanálise”, in *Ofício do psicanalista: formação versus regulamentação*, p. 157.

2 R.A. Lima, *Psicanálise na ditadura: história, clínica e política*, p. 2-5.

3 S. Freud, “A questão da análise leiga”, in *Fundamentos da clínica psicanalítica. Obras incompletas de Sigmund Freud*.



democrático, os debates processam as diferenças até encontrarem um ponto em que a comunidade possa deliberar; e o que é deliberado é assumido por todos. O que torna possível reunir essa diversidade em suas diferenças são os critérios pensados pelo próprio Freud e sustentados ao longo do desenvolvimento da psicanálise: ou seja, o reconhecimento mútuo entre pares, a ideia de que a prática psicanalítica é artesanal e leiga, que o trabalho tem a forma de um ofício, de que a formação se dá pelo tripé, sendo a análise o seu principal elemento e que este é um caminho pessoal, singular e sustentado pela transferência e pela continência institucional, trilhado pela ética que o sustenta.

Ao longo de seus 25 anos de atuação, o Articulação não construiu uma hierarquia de gestão, não possui CNPJ. Isso significa que segue se constituindo como um movimento, que não tem a pretensão de se tornar um órgão regulador e, portanto, definir o que é a psicanálise ou quem pode praticá-la. Por isso, nunca interferimos nas ofertas de cursos que distorcem a formação em psicanálise, sejam de grupos religiosos ou não. As ações do Movimento sempre se deram no âmbito do Congresso Nacional, de modo a evitar que as proposições de leis de regulamentação fossem para a frente, sempre com sucesso, até agora. Voltaremos a essa questão adiante, pois ela caracteriza a política das ações do Articulação.

A regulamentação da psicanálise pelo Estado e por autarquias de classe, destinada a fiscalizar, normatizar e disciplinar seu exercício, tenderia a uniformizar este campo diverso. Sua prática, subversiva em essência, correria o risco de ser domesticada, algo observado em países em que a regulamentação se efetivou, como a Itália ou Alemanha.

Os motivos que levam às insistentes tentativas de regulamentação, que se sucedem desde 2000, são temas de constante reflexão. E, dentre eles, podemos destacar a confluência de dois fatores principais: interesses religiosos, no controle de comportamentos relacionados a sexualidade e identidades de gênero, e interesses econômicos.

*durante a pandemia,
o Articulação suspendeu
suas reuniões presenciais,
que sempre aconteciam
no Rio de Janeiro, e as substituiu
por reuniões virtuais.
Essa adaptação à realidade
pandêmica permitiu que
as instituições continuassem
a se encontrar para
seguir com a tarefa*

Esses temas estão refletidos, bem como o arco do trabalho desenvolvido pelo Articulação, nos dois livros que foram publicados: *Ofício do psicanalista: formação versus regulamentação*, e *Ofício do psicanalista II: por que não regulamentar a psicanálise*. Em breve, teremos a edição do terceiro livro, *Ofício do psicanalista III: a formação em psicanálise na sociedade atual*. Os dois primeiros devem ser relançados, junto com a publicação do terceiro livro, pela Blucher. As notícias e informações atualizadas sobre o Movimento estão também no recém-criado perfil no Instagram, @movimentoarticulacao.

Durante a pandemia, o Articulação suspendeu suas reuniões presenciais, que sempre aconteciam no Rio de Janeiro, e as substituiu por reuniões virtuais. Essa adaptação à realidade pandêmica permitiu que as instituições continuassem a se encontrar para seguir com a tarefa, por mais que alguma perda na qualidade das interações não deixasse de advir, dada a mediação eletrônica dos encontros. Porém, uma outra consequência dessa virtualização dos encontros foi um crescimento da participação de instituições do Brasil



a partir da pandemia, desenvolveu-se uma atividade que se reproduziu enormemente e que ameaça os objetivos do Movimento. Iniciou-se com a proposta de graduação em psicanálise, no final de 2021, pela UNINTER (Centro Universitário Internacional)

todo, para além dos principais centros psicanalíticos que até então faziam-se presentes: Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Instituições de Florianópolis, Curitiba, Belo Horizonte, Recife, Maceió e Vitória se aproximaram e se integraram ao Movimento. Com o final da pandemia, passou-se a considerar a volta das reuniões no Rio, mas isso não se mostrou tão simples. A logística dos deslocamentos e seus custos colocavam alguns impedimentos à argumentação de que estávamos perdendo familiaridade e condições melhores de aprofundamento nas discussões que somente os encontros presenciais conseguem proporcionar. Mas as conversas evoluíram e pudemos chegar a um consenso intermediário de fazermos algumas reuniões presenciais e outras mediadas; pelo menos uma no ano, talvez mais. E assim fizemos a primeira reunião presencial depois da pandemia, em meados de agosto de 2024, em um hotel no Rio de Janeiro. A reunião foi seguida por um almoço de confraternização e de reencontro, de que praticamente todos participaram. Foi muito forte esse reencontro, não somente pelas saudades de quatro anos, mas também, e cremos que

principalmente, pelo claro sentimento de produtividade da reunião e de possibilidade de aprofundar as discussões que o modo mediado não consegue oferecer. Esse ganho de capacidade e vitalidade de nossas reuniões é importante, pois são crescentes os desafios que o Movimento Articulação tem enfrentado.

Ainda que exijam sempre a atenção e articulação do Movimento em Brasília e no Congresso, não está acontecendo, nesse momento, uma proposição diretamente ligada à regulamentação da psicanálise, pela via legislativa. Mas há uma movimentação que estamos acompanhando de perto, pois pode nos afetar por vias indiretas. Trata-se da Sugestão Legislativa, SUG 1/2024, que está em análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, e que propõe que a prática da psicoterapia seja uma atividade exclusiva de psicólogos e médicos. Caso a SUG seja aprovada, ela se transformará em Projeto de Lei, do contrário será arquivada. A mobilização crescente de psicólogos em torno da SUG 1/2024 trouxe a possibilidade de que ela avance, e isso nos coloca algumas questões. A posição do Articulação, nesse caso, é que a psicanálise difere da psicoterapia, é leiga e, portanto, não nos interessa que a psicanálise seja incluída nessa regulamentação. Mas a experiência em outros países, como a Itália ou a França, conta que, caso a psicoterapia seja reservada aos psicólogos e médicos, a psicanálise acabe incluída, mais cedo ou mais tarde, nessa regulamentação, com implicações que estão para além da ameaça à prática dos analistas leigos.

Mas o principal desafio dos dias de hoje vem de outra direção.

A partir da pandemia, desenvolveu-se uma atividade que se reproduziu enormemente e que ameaça os objetivos do Movimento. Iniciou-se com a proposta de graduação em psicanálise, no final de 2021, pela UNINTER (Centro Universitário Internacional), e depois mais de uma dezena de faculdades particulares começaram a oferecer e a desenvolver cursos de graduação de psicanálise pelo Brasil afora, predominantemente *on-line*. Isso resultou em mais de vinte mil vagas ofertadas



anualmente. A UNINTER começou a ministrar a graduação com três mil vagas e hoje oferece dez mil vagas, o que sugere o “sucesso” de se gerar tal empreitada, resultado de distorção da formação em psicanálise.

O Movimento Articulação vem atuando desde o início da movimentação dessas faculdades, mas sem sucesso. Esses cursos possuem o amparo da legislação, vão construindo reconhecimento pelo MEC e contam com o grande interesse de uma pequena multidão em *tornarem-se psicanalistas e mudarem suas vidas com essa nobre e interessante profissão*, conforme prometem as propagandas dessas faculdades. Atualmente, portanto, milhares de alunos de psicanálise estudam nessas várias faculdades e vão no caminho de se formar. Formarem-se em quê, essa é a questão! Em psicanálise? Formam-se psicanalistas? Clínicos?

Essa questão já deixa qualquer psicanalista que é comprometido com a psicanálise perplexo, mas o que mais preocupa o Movimento Articulação é a decorrência mais provável desse derrame de psicanalistas formados nessas faculdades: a demanda de reconhecimento pelo Estado por parte desses milhares de profissionais formados fora da rede de instituições psicanalíticas brasileiras. O que o Movimento Articulação prevê é que essa multidão de profissionais fará uma pressão irresistível às instituições estatais por uma regulamentação de sua nova profissão. E o que disso advirá nós ainda não sabemos exatamente. Até agora, as tentativas, fundamentalmente junto aos órgãos responsáveis do MEC, não lograram nada a não ser frustração. Recentemente, a Comissão do MEC, em contato com o deputado federal Paulo Folleto⁴, do PSB do Espírito Santo, conseguiu sensibilizá-lo para a distorção da psicanálise promovida por essas graduações. Ele marcou, então, uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados para setembro de 2025, com o tema “Formação de psicanalistas”. Uma oportunidade de ampliarmos o debate com a presença de deputados, psicanalistas, e provavelmente representantes das faculdades em questão, com vistas a também sensibilizar e abrir o acesso ao MEC.

*o Movimento
Articulação vem
atuando desde o início
da movimentação dessas
faculdades, mas sem sucesso.
Esses cursos possuem
o amparo da legislação,
vão construindo
reconhecimento
pelo MEC*

Essa situação coloca uma outra questão ainda mais complexa e sutil para o Movimento Articulação, que se relaciona com a *negatividade* de nossa ação. Ou da característica de *ação negativa* de nossa ação política. Nós sempre agimos contra a regulamentação, contra a caracterização da psicanálise como uma profissão reconhecida e regulada por ação estatal, contra a instituição de um conselho autárquico que assuma o ordenamento de nossa prática e, por exemplo, privatize aos psicólogos e médicos o direito exclusivo da prática clínica psicanalítica. Muitas vezes nossos próprios interlocutores aliados, no Ministério e no Congresso, não conseguem entender por que não queremos essa regulamentação, por que nós mesmos não demandamos essa regulamentação e não tomamos conta da situação. E, muitas vezes, nós mesmos tendemos a não compreender essa condição negativa de nossa ação e nos confundimos.

A negatividade que rege as ações políticas está colocada desde o início da constituição do Movimento Articulação. As entidades psicanalíticas sempre colocaram como essencial que esse movimento não se constituísse, ele mesmo, uma



trata-se de sustentar reflexões contínuas sobre temas em torno da formação do analista em nosso país, tanto no Movimento Articulação como em nossas instituições. Dentre esses temas, podemos elencar, por exemplo, o papel importante e atual dos coletivos de clínicas públicas para o acesso à formação e cuidado clínico;

instituição reguladora da psicanálise brasileira. A ideia sempre lembrada e preservada é que o Movimento Articulação não deixasse de ser um movimento das entidades psicanalíticas e se tornasse um algo a mais, essa tal instituição. E isso é muito difícil! A cada passo, o Articulação esbarra com a tendência de se constituir instituição, com a tendência instituinte. E é desse modo que nossa ação política negativa tem sempre que se voltar sobre nós mesmos, sempre estarmos atentos e

vigilantes a essa tendência instituinte que nunca cessa. E o Movimento Articulação não quer, e não deve, transformar-se em uma instituição regulamentadora, pois entendemos que o mais importante é preservar a autonomia das variadas entidades do campo psicanalítico brasileiro, preservar as diferenças, algum nível de contradição e tensão, e um diálogo respeitoso e cooperativo entre instituições que se reconhecem.

A questão desse trabalho negativo merece uma maior atenção à nossa reflexão. Enquanto trabalhamos com afincamento e dedicação à tarefa de impedir e desconstruir o assédio que parcelas da sociedade brasileira fazem ao campo da psicanálise, e mesmo enquanto dedicamos esse esforço negativo para vigiarmos e limitarmos nossas próprias tendências instituintes, outros desafios se apresentam e exigem nossa atenção. Talvez algo mais do que esse tipo de trabalho negativo. Trata-se de sustentar reflexões contínuas sobre temas em torno da formação do analista em nosso país, tanto no Movimento Articulação como em nossas instituições. Dentre esses temas, podemos elencar, por exemplo, o papel importante e atual dos coletivos de clínicas públicas para o acesso à formação e cuidado clínico; bem como a necessidade de democratizar a psicanálise através de fazer operar, em nossas instituições, os marcadores sociais, de raça e de gênero. Reflexões estas que alimentam nosso trabalho de luta contra a regulamentação do campo autônomo e vicejante da psicanálise brasileira.

4 No perfil do Instagram do Articulação foi publicado o vídeo do deputado na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, no qual ele denuncia o perigo das graduações em psicanálise à saúde da população.

Referências bibliográficas

- Alberti S.; Almendoeira W.; Lannes E.; Lopes A.; Rocha E. (orgs.) (2009). *Ofício do psicanalista: formação versus regulamentação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Freud S. (1927/2023). A questão da análise leiga. In *Fundamentos da clínica psicanalítica. Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lima R.A. (2024). *Psicanálise na ditadura (1964-1985): história, clínica e política*. São Paulo: Perspectiva.
- Sigal A.M., Conte B., Assad S. (orgs.) (2019). *Ofício do psicanalista II: por que não regulamentar a psicanálise*. São Paulo: Escuta.
- Patitucci A.C. (2024). Comentários. *Jornal de Psicanálise*, v. 57, n. 107, p. 213-218.

To the fertility of the collective

Abstract Based on the trajectory of the Movement for the Articulation of Brazilian Psychoanalytic Entities, which has resisted the regulation of psychoanalysis in Brazil for the past 25 years, this article outlines the contemporary challenges confronting the Movement and the broader psychoanalytic community. It highlights the implications for psychoanalyst training, with a particular focus on the emergence of undergraduate programs in psychoanalysis currently being implemented in the country.

Keywords Brazilian psychoanalysis; training; Movement for Articulation; undergraduate programs in psychoanalysis.

Texto recebido: 09/2025

Aprovado: 10/2025